

PTE VALSOUSA

PACTO TERRITORIAL PARA O EMPREGO DO VALE DO SOUSA



ENTREVISTA

Neste número, tentamos saber a opinião de Jorge Magalhães, Presidente do Conselho de Administração da AMVS (Associação de Municípios do Vale do Sousa), a propósito de algumas questões no âmbito do PTE VALSOUSA.



P - Quais foram as principais razões que levaram a AMVS a aceitar o desafio de assumir a coordenação geral do Pacto Territorial para o Emprego do Vale do Sousa?

J.M. - Tudo começou com a elaboração do estudo estratégico para a região, que constituiu um levantamento de necessidades e respectivas propostas de intervenção. A estratégia de desenvolvimento passava, naturalmente, pela minimização das carências em matéria de infra-estruturas e de equipamentos, mas também pela qualificação dos recursos humanos e pela dinamização da estrutura económico-social. Neste contexto, ficou garantido o Plano Desenvolvimento Integrado, cuja assinatura coincidiu também com o protocolo de colaboração PTE VALSOUSA.

Os Pactos Territoriais para o Emprego, iniciativas comunitárias com o intuito de rentabilizar os fundos estruturais imputados ao emprego, vinham assim ao encontro das nossas necessidades. Nestas circunstâncias, a AMVS empenhou-se numa candidatura que veio a ser aprovada e que se encontra agora em execução.

Refira-se que, no nosso país, para além do nosso, estão em implementação apenas dois Pactos, um na Marinha Grande e outro no Alentejo.

P - Qual é o valor acrescentado que este projecto pode trazer a esta sub-região ?

J.M. - Grande parte das acções contempladas seriam levadas a cabo mesmo se estivessem fora do Pacto, como sejam as acções coordenadas pelo Centro de Emprego, nomeadamente o sistema de aprendizagem, a formação profissional, as Univas, os Clubes de Emprego, as que se inserem no Mercado Social de Emprego, etc. São iniciativas que não foram "concebidas" pelo Pacto, mas que foram por ele "acolhidas".

No entanto, há também uma boa parte que resultaram precisamente do Pacto, sobretudo as acções coordenadas pela Associação de Municípios, como as campanhas de sensibilização para a educação pré-escolar e para o cumprimento da escolaridade básica, os seminários, visitas e estágios vocacionados para o apoio à criação de emprego e de empresas, os estudos adjudicados ao consórcio CIDEC/Delloitte & Touche, etc.

O que é que o Pacto traz de novo para além das acções que desenvolveu? Dá, desde logo, o "nome de uma família" a cada uma das acções, o que faz com que elas sejam vistas, não como iniciativas isoladas, mas como parte de um todo, com objectivos e lógicas de actuação comuns. Por outro lado, facilita, ou deveria facilitar, a obtenção de "sustento" por parte de cada uma das acções, uma vez que fazem parte dessa "família". (cont. pag. 2)

S U M Á R I O	
<i>Anotações</i>	
<i>Medidas</i>	
<i>Novas oportunidades formativas - 9º Ano + 1</i>	4
<i>TEIP - Paços</i>	5
<i>Apresentação</i>	
<i>Escola Profissional de Felgueiras</i>	6
<i>CAE - Tâmega</i>	7
<i>Actividades</i>	
<i>Seminários</i>	7
<i>Programas de Apoio</i>	
<i>Estudar na Europa</i>	8

E
D
U
C
A
Ç
Ã
O

No respeitante ao financiamento das acções, e em especial às candidaturas aos programas operacionais existentes, convém dizer que o que se pretende, na avaliação dessas mesmas candidaturas, é ter em consideração que determinada acção não é mais uma no meio de tantas outras, mas integrada num programa de trabalho, que pressupõe um levantamento de necessidades, um assumir de compromissos e os tais objectivos e lógicas de actuação comuns.

Além disso, cria um novo panorama nas relações entre as instituições e nos seus hábitos de trabalho. Aliás, um dos objectivos é a articulação e reforço institucional. Diga-se, a este propósito, que sentar à mesa, em reuniões periódicas de coordenação, representantes de instituições como a AMVS, a Comissão de Coordenação da Região Norte, a Delegação do Norte do Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Direcção Regional de Educação do Norte e o Centro Regional de Segurança Social e representantes de associações empresariais, já é uma significativa mais-valia do projecto, que assim pretende mobilizar e sensibilizar os diversos actores sociais para a problemática da qualificação e sustentabilidade do emprego.

P - O PTE VALSOUSA depende, entre outros factores, do empenhamento de todos os coordenadores, de todos os parceiros e, desde logo, das Câmaras Municipais. Tem sentido um grande empenhamento por parte das restantes autarquias, atendendo ao facto dos Municípios serem interlocutores privilegiados no contexto local e estarem implicitamente representados na coordenação geral?

J.M. - Tem havido um crescente empenhamento à medida da consolidação do projecto.

P - Qual o contributo que o Pacto pode ter no fomento das parcerias entre o sector público e o sector privado, e que vantagens daí podem advir ?

J.M. - O papel é de facto determinante, e constitui, aliás, um dos objectivos do Pacto a articulação e reforço institucional.

Pode colmatar a falta de articulação e concertação no seio da própria Administração, e desta com o sector privado porque as Associações Industriais, Comerciais e Empresariais têm representação no Grupo Coordenador. Além disso, há uma série de entidades privadas que assumiram a coordenação de acções e quase todas têm parcerias, nomeadamente entre o sectores público e privado.

Tudo isto traz várias vantagens: maior capacidade de intervenção e de representatividade para o sector privado, melhor conhecimento dos reais problemas da sub-região por parte do sector público, aproveitamento de sinergias, etc.

P - Neste momento acha que já se pode dizer que valeu a pena ?

J.M. - Já se cumpriram razoavelmente alguns dos objectivos, apesar de algumas abordagens ainda estarem a ganhar consistência. É um trabalho de projecto, que não produz efeitos instantâneos, pelo que teremos de prosseguir com paciência e com convicção, tentando rentabilizar o esforço coordenado que estamos a procurar imprimir.

Jorge Magalhães

Presidente do Conselho de Administração da VALSOUSA

A n o t a ç õ e s

“Face aos múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social”.

(Do Prefácio ao Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional para o Século XXI)

A Educação aparece também como o recurso da sociedade para dar resposta aos problemas que são colocados ao seu desenvolvimento, particularmente no mundo actual de grande concorrência e de permanente

evolução tecnológica.

No Vale do Sousa a Educação é chamada assim a uma intervenção no Plano de Desenvolvimento Integrado em execução. A abertura plena ao Mercado Comum Europeu e a



E

D

U

C

A

Ç

Ã

O

crecente acessibilidade e interligação dos diferentes mercados mundiais, estão a exigir a curto prazo padrões de educação e qualificações profissionais como garante da sobrevivência das empresas e do acesso a níveis de qualidade de vida e de participação social mais exigentes e cada vez mais percebidos e desejados pelos cidadãos.

Torna-se cada vez mais urgente contrariar os factores que dificultam o acesso e a fruição da escola. Fazemo-lo hoje na raiz, apostando no desenvolvimento da educação pré-escolar e no 1º ciclo de escolaridade básica. A rede pública de jardins de infância está já a reflectir esta aposta da política educativa actual: nesta região há já 123 jardins de infância da rede pública, 21 em Castelo de Paiva, 15 em Felgueiras, 12 em Lousada, 18 em Paços de Ferreira, 31 em Paredes e 26 em Penafiel. Está em curso um programa de construção e apetrechamento de novas salas.

No 1º ciclo de escolaridade básica a implementação de uma nova forma de gestão e administração das escolas, visando simultaneamente criar condições para o exercício de uma progressiva autonomia e combate ao seu isolamento, permite uma melhor gestão de recursos e maior capacidade de canalização de investimento nos recursos educativos, facilitando o desenvolvimento de projectos que promovam uma maior ligação das crianças à escola e o gosto por estudar e aprender. É neste contexto que se desenvolve o Programa de Bibliotecas Escolares que irá, garantidamente, estender-se a estas escolas, e, tal como o Programa Internet nas Escolas que projecta, até ao ano 2000, garantir em cada uma delas um computador multimédia com acesso a redes electrónicas de informação, estas bibliotecas estão ligadas à rede nacional de bibliotecas através de um posto (computador) multimédia.

Nos restantes ciclos da escolaridade obrigatória, as várias políticas conjugadas que a actual equipa do Ministério da Educação vem realizando de adequação do sistema educativo às necessidades de educação e formação dos alunos e da sociedade, têm expressão concreta: nos Territórios Educativos de Educação Prioritária - em Paços de Ferreira há um no segundo ano de funcionamento - que criam espaços de interligação de vários níveis de ensino no acompanhamento dos alunos ao longo dos ciclos de escolaridade, com resultados significativos na diminuição do abandono e no sucesso escolar: nos cursos de educação e formação profissional inicial (Despacho Conjunto nº 123/97) que permite a organização de um projecto de formação com certificação no percurso de fim do 3º ciclo, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional; na gestão flexível do currículo, permitindo a adequação deste às especificidades da região e dos alunos com que

se trabalha, corporizando assim uma determinação política de perspectivação local da política educativa; na reconfiguração dos espaços para responder a um ensino que integre uma atitude experimental; na promoção da iniciativa das escolas e de outros parceiros no desenvolvimento de projectos próprios através de concursos apoiados em diferentes medidas de apoio financeiro, desde a valorização dos espaços educativos, às experiências em contextos de trabalho ou de orientação profissional, à informatização das escolas e desenvolvimento de projectos sustentados nas novas tecnologias de informação e comunicação de que é exemplo o Programa NÓNIO SÉC. XXI, o Programa Multimédia para Todos, entre outros.

Todo o desenvolvimento da Educação no Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Sousa visa contribuir para a salvaguarda do futuro de bem estar desta região, através destas diferentes intervenções com reflexo na população escolarizada, mas também sobre todo o outro conjunto de pessoas que deseja aceder à educação e/ou formação. Promovem-se assim acções de educação de adultos e de ensino recorrente tendo em vista predominantemente a requalificação dos activos.

Uma integração mais sustentada e respeitando o desenvolvimento de todos os intervenientes directos nas decisões da educação, orienta a participação da Educação, particularmente desta Direcção Regional, para essa partilha em espaços que se vão abrindo e instituindo como os que o PDI do Vale do Sousa e o seu Pacto Territorial para o Emprego originam, a participação nas medidas relativas ao Mercado Social de Emprego para citar só algumas entre outras, bem como as decisões no domínio da planificação da própria oferta educativa e dos instrumentos que a deverão sustentar.

Fernando Valente Leite
 Director Regional Adjunto
 (Direcção Regional da Educação do Norte)

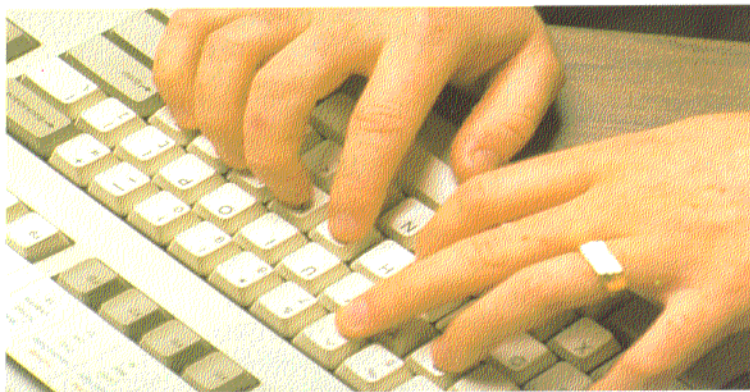


Medidas

Novas oportunidades formativas - 9º Ano + 1*Cursos de Educação e Formação - Desp. Conj. Nº 123/97 de 7.07*

O Ministério da Educação, atribuindo particular importância à escolaridade básica e defendendo, simultaneamente, a necessidade de uma qualificação que permita a preparação dos jovens para a entrada no mundo do trabalho, implementou um conjunto de medidas no sentido de viabilizar respostas diferenciadas em função das necessidades educativas dos jovens.

Dessas medidas fazem parte o *Programa para a Integração dos Jovens na Vida Activa*, o *Acordo de Concertação Estratégica* e ainda o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Educação Básica no âmbito do *Projecto Reflexão Participada sobre os Currículos da Educação Básica*.



No âmbito destas medidas, foi proposto no ano lectivo de 1997/98, a implementação destes cursos, a título experimental, num máximo de 100 escolas, sendo **uma turma para cada estabelecimento de ensino** com um **mínimo de 15 e o máximo de 20 alunos**, prevendo-se uma expansão faseada nos anos de 98/99 e 99/2000.

Estes cursos têm um **duplo objectivo**: o do **cumprimento da escolaridade básica** associado a uma qualificação profissional certificada de nível II destinada a jovens em risco de abandono precoce ou desistência; e o de proporcionar aos jovens que já cumpriram a escolaridade básica, o acesso a um ano de formação profissional que lhes garanta a obtenção de um **certificado de qualificação de nível II**.

Os **destinatários** são preferencialmente jovens que já possuam o diploma do 9º ano e não pretendam prosseguir, de imediato, os estudos no ensino secundário, mas também se destinam a jovens que, tendo completado 15 anos até 15 de Setembro e, tendo frequentado o 9º ano de escolaridade, o não concluíram.

Esta iniciativa, para cumprir os objectivos a que se propõe, implica a adopção de medidas específicas tais como o **estabelecimento de parcerias, a nível local, com instituições de formação e/ou agentes económicos**.

A **proposta** de desenvolvimento dos cursos e a **organização** dos mesmos **competem às escolas**, no âmbito da respectiva autonomia pedagógica e em articulação, sempre que possível, com os Centros de Formação Profissional do IEFP.

De acordo com o previsto no Regulamento, a **carga horária** destes cursos é de 1020 a 1060 horas, distribuídas por três **componentes de formação**: **Geral** (70 a 100 horas), **Sócio-cultural** (70 a 100 horas) e **Técnica** (820 a 860 horas). Se as características do curso assim o exigirem, a formação técnica pode ser acrescida de, pelo menos, 120 horas de formação em contexto de trabalho (estágio).

Os cursos realizam-se em **estabelecimentos de ensino público com o 3º ciclo**, e têm um coordenador de curso.

A **autorização para o funcionamento** dos cursos é da competência da Directora do Departamento da Educação Básica, após parecer favorável do Director Regional de Educação e do IEFP no que respeita à componente de formação técnica dos cursos.

Foi criado um **Conselho de Acompanhamento** constituído por três representantes designados pelo Ministério da Educação e três representantes designados pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade. Este Conselho é presidido pela Directora do Departamento da Educação Básica e faz o acompanhamento dos projectos desenvolvidos pelas escolas.

Nos estabelecimentos de ensino, este acompanhamento cabe ainda ao **Conselho Pedagógico**, através da criação de uma secção própria, coordenada pelo Presidente do Conselho Directivo ou da Comissão Executiva e da Educação Especial local. Às DRE's compete ainda a apresentação de um relatório anual ao Conselho de Acompanhamento, sobre o funcionamento e avaliação dos cursos.

O **projecto de constituição de cursos e turmas** deve ser apresentado segundo modelo normalizado, e o processo instruído de todos os documentos que se considerem necessários à homologação: objectivos, plano curricular, programas, horário, identificação dos

E

D

U

C

A

Ç

Ã

O

formadores, explicitação de protocolos ou parcerias com entidades que possam participar no âmbito da Formação Técnica, listagem de alunos e respectivas autorizações dos Encarregados de Educação.

Os **Serviços de Psicologia e Orientação** (SPO) devem também colaborar no processo de identificação dos alunos e na organização dos cursos.

As **UNIVA's** podem promover iniciativas com vista à inserção profissional destes jovens.

No ano lectivo de 1997/98 foram implementados 34 cursos a nível nacional, dos quais 5 decorreram em escolas pertencentes à DREN. Lamentavelmente, nenhum curso foi levado a cabo por qualquer escola do Vale do Sousa, apesar de, no presente ano lectivo, ter havido duas candidaturas.

TEIP-Paços

A constituição dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária tem como grandes linhas orientadoras *“a melhoria do ambiente educativo e da qualidade das aprendizagens dos alunos; uma visão integrada e articulada da escolaridade obrigatória que favoreça a aproximação dos vários ciclos, bem como da educação pré-escolar; a criação das condições que favoreçam a ligação escola - vida activa; a progressiva coordenação das políticas educativas e a articulação da vivência das escolas numa determinada área geográfica com as comunidades em que se inserem, promovendo a gestão integrada de recursos e o desenvolvimento no âmbito educativo, cultural, desportivo e a ocupação de tempos livres, visando o redimensionamento da rede escolar”*.

O TEIP-Paços, Território Educativo de Intervenção Prioritária de Paços de Ferreira, foi criado pelo Despacho 147B/ME/96 e desenvolve-se em Meixomil, Paços de Ferreira e Penamaior, freguesias do concelho de Paços de Ferreira.

Na base da concepção do projecto educativo do TEIP-Paços está a procura de estratégias e dinâmicas que visam a envolvimento dos actores de forma implicada e sistemática resultando ainda dos problemas identificados, como sejam: a desmotivação dos diferentes intervenientes no processo educativo, em termos da representação do papel da escola; o distanciamento entre a Escola e a Comunidade; e o abandono escolar/trabalho infantil.

Esta experiência pedagógica, iniciada no ano lectivo 96/97 com sede na Escola EB 2,3 (Paços de Ferreira) agregou a si a Escola EB 1 de Mirelo e o pré-escolar da Ermida (ambas de

Penamaior). Decorrido o primeiro ano de acção, procedeu-se ao seu alargamento no ano lectivo de 97/98, abrangendo assim uma população escolar de 1948 alunos, distribuídos por um total de dez escolas.

O trabalho desenvolvido no ano anterior conferiu aos intervenientes no processo um olhar mais reflectido e abrangente do que são as realidades e singularidades do Território, contribuindo de forma significativa para a definição dos objectivos e implementação de estratégias no sentido de responder aos problemas identificados. De acordo com os princípios orientadores e os problemas identificados foram definidos como prioritários os seguintes objectivos: facilitar o intercâmbio entre as escolas dos diferentes ciclos; promover a formação de todos os intervenientes; comprometer e envolver os pais em todo o processo educativo; e combater o abandono escolar.

Para a prossecução dos objectivos definidos, o TEIP contou com a colaboração e empenho das parcerias estabelecidas com as diferentes instituições da comunidade, nomeadamente: Associação de Pais, Ensino Recorrente, Educação Especial, Delegação Escolar, Câmara Municipal, Centro de Saúde e Delegação da Segurança Social.

Dentre as actividades programadas refira-se, entre outras, os cursos de valorização pessoal/profissional dos pais, em articulação com o ensino recorrente; a promoção de várias acções de formação direccionadas a todos os elementos da comunidade educativa; a organização de uma ficha individual, com dados relevantes da história educativa do aluno, na transição do 1º para o 2º ciclo; a adaptação dos currículos da disciplina de Educação Tecnológica a actividades que permitam uma maior articulação ao mercado de trabalho; as oficinas (culinária, tecelagem, olaria, informática, teatro, jornalismo); a educação física a nível do pré-escolar e do 1º ciclo; e uma série de actividades lúdicas (teatro, dança, jornal, convívios, comemorações, encontros, etc.).



Visita do Ministro da Educação ao TEIP - Paços, 15/09/98

Apresentação

Escola Profissional de Felgueiras

Um projecto ao serviço da Comunidade e do Tecido Empresarial

A **Escola Profissional de Felgueiras** é uma instituição de ensino de natureza privada, prossequindo fins de interesse público e gozando de autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

Criada e em funcionamento desde 1991, tem como Entidade Promotora a **Câmara Municipal de Felgueiras** e tutela científica, pedagógica e funcional do **Ministério da Educação**.

A Escola acolhe actualmente um corpo docente constituído por 40 formadores e uma população discente de 140 formandos, integrados em 7 turmas em regime diurno, proporcionando uma oferta de formação de nível 3 da U.E. (*10º, 11º e 12º anos de escolaridade, com equivalência ao ensino secundário e prosseguimento de estudos*) de 5 cursos diferentes:

- Técnico de Gestão (*Planeamento e Racionalização da Produção*)
- Técnico de Artes Gráficas
- Técnico de Informática de Gestão
- Técnico de Controlo de Qualidade (*Calçado/Têxtil*)
- Técnico Projectista de Desenho Industrial (*Calçado/Têxtil*)

Perfeitamente equipada e actualizada e usufruindo de instalações adequadas e condignas ao exercício da sua actividade, a Escola Profissional de Felgueiras é, na sua essência, um projecto de educação, integralmente ao serviço da comunidade local e regional e do seu tecido empresarial, atenta e preocupada em que a sua oferta de formação vá de encontro às necessidades sentidas pelas empresas no que respeita à qualificação profissional dos seus recursos humanos e, simultaneamente, aos anseios e expectativas dos

jovens estudantes.

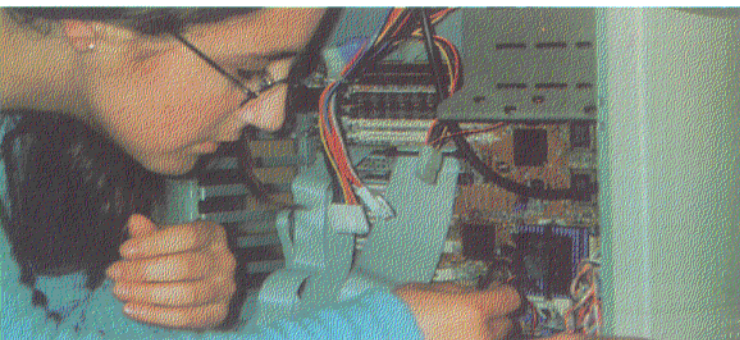
Concebida com ambiciosos e desafiantes objectivos de trazer para a região a mais-valia de possibilitar aos jovens novas e diversas oportunidades de valorização e qualificação profissionais, estabelecer ligações ajustadas e estreitas entre o ensino e as empresas e servir o desenvolvimento da região, a Escola Profissional de Felgueiras alcançou tais objectivos e mesmo os ultrapassou, criando novos projectos e novas dinâmicas, consolidando num Projecto Educativo criativo, exigente e alargado o produto de oito anos de trabalho em equipa e em parceria, intenso, por vezes extenuante, mas frutuoso e altamente dignificante para a sua região.

Apesar da pequena dimensão da sua comunidade escolar e assente numa estrutura organizacional também ela diminuta mas flexível, polivalente e activa, a Escola acolhe também projectos de formação de outros níveis e natureza diversa, captando-os e dinamizando-os sempre numa perspectiva de valor acrescentado para a comunidade e consentâneos com as vertentes do seu Projecto Educativo.

Desta forma se desenvolvem projectos de diversa índole, dos quais se destacam:

- *De índole técnica e profissional:* a participação no Pacto Territorial para o Emprego, sendo uma das entidades subscritoras com compromissos assumidos no domínio "*Alargamento da capacidade e oferta formativa no Vale do Sousa*"; a participação no Projecto-Piloto de Viabilização de uma nova Política de Acolhimento Industrial, sendo um dos parceiros de criação do mesmo; a criação em parceria da Oficina-Escola de Conservação e Restauro de Documentos Gráficos; a criação de um Gabinete de Projectos dinamizado por professores e alunos, etc...
- *De índole cultural e social:* a promoção de diversos programas de intercâmbio de formandos e formadores no âmbito de programas comunitários como o Língua, Horizon e Leonardo.
- *De índole ambiental:* a execução de projectos de Educação Ambiental no âmbito dos programas Eco-Escolas, Florestas em Movimento e IPAMB.

O alcance do seu trabalho, gratamente reconhecido por pais, alunos, professores, instituições, parcerias e empresários, reflecte assim a "*alma*" da Escola Profissional de Felgueiras: - a vanguarda e o pioneirismo; - a abertura de espírito e o trabalho em equipa e em parceria; - a capacidade de trabalhar em prol das soluções e não dos problemas.



E

D

U

C

A

Ç

Ã

O

CAE-Tâmega

Serviço do Ministério da Educação mais próximo dos concelhos do Vale do Sousa e Baixo Tâmega

Instalado na Rua da Misericórdia em Penafiel o CAE (Centro da Área Educativa), prossegue, a nível regional, as atribuições do Ministério da Educação, em matéria de orientação, coordenação e apoio aos estabelecimentos de ensino não superior, de gestão dos respectivos recursos humanos, financeiros e materiais e, ainda, de apoio social escolar e apoio à infância.

Estas funções estendem-se também à gestão das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, em consequência da extinção progressiva das Delegações Escolares Concelhias.

Para além destas competências específicas, o Centro da Área Educativa colabora com o Departamento de Ensino Superior, coordenando e assegurando as acções necessárias ao ingresso neste nível de ensino, tarefa que estará já em

funcionamento a partir do próximo ano lectivo.

A pertinência e oportunidade da criação destes serviços é reforçada pela entrada em vigor da Reforma Curricular e a sua generalização ao 12º ano do ensino secundário a partir de 1995/96, que determinou a abertura de uma grande número de estabelecimentos de ensino.

É em consequência dessa necessidade que surge o nascimento de novos Centros de Área Educativa, sobretudo nas zonas com maior densidade de população estudantil, como são os casos das Regiões da Grande Lisboa e do Grande Porto.

Com uma área de intervenção que se estende por cinco dos seis municípios do Vale do Sousa (Penafiel, Paredes, Lousada, Paços de Ferreira e Felgueiras) e três do Baixo Tâmega (Amarante, Marco de Canaveses e Baião), o CAE do Tâmega propicia condições para o desenvolvimento adequado de um modelo desconcentrado de gestão do sistema educativo e pode facilitar a interacção dos actores sociais - escolas, autarquias e associações - no sentido do desenvolvimento sustentado das comunidades de que está próximo.

Actividades

Seminários

O desenvolvimento da capacidade de intervenção dos parceiros no domínio do apoio à criação de emprego/empresas é uma das preocupações do PTE VALSOUZA. Nesta conformidade, está inserida no plano de actividades deste Pacto uma acção (231) que visa este objectivo - Formação de Técnicos de apoio à criação de emprego/empresas.

Pretende-se, com esta acção, capacitar um conjunto de técnicos das entidades do Vale do Sousa - mais directa ou potencialmente envolvidos na prestação de serviços de apoio ao emprego e às empresas - para, ao nível do exercício regular das funções que tradicionalmente lhes estão cometidas e da introdução em novos domínios ou intervenções, actuarem de modo mais competente, inovador e proactivo, em especial nas seguintes vertentes: identificação de novas áreas de criação de emprego/empresas; estímulo da capacidade de iniciativa e criatividade; identificação de obstáculos e condições de sucesso para a criação e desenvolvimento de iniciativas de emprego de base local; adequação das iniciativas às necessidades e às dinâmicas locais; apoio e acompanhamento de projectos,

nomeadamente na fase de arranque.

Esta capacitação concretizar-se-á através de várias acções, nomeadamente, pela realização de três seminários de reflexão e debate.

O primeiro seminário - *"Promoção da Iniciativa Empresarial - difusão de competências empresariais"* - realiza-se nos dias **29 e 30 deste mês**, no **Auditório Municipal de Lousada**, contando com a presença de várias personalidades, nacionais e estrangeiras, com mérito reconhecido na área. Este seminário contempla a apresentação de diversas experiências portuguesas e irlandesas.

O segundo seminário - *"Novas áreas de criação de emprego e empresas: potencialidades e viabilidade"* - realizar-se-á nos dias **3 e 4 de Dezembro** e o terceiro - *"Condições de eficácia e metodologias de apoio à criação de emprego e empresas"* - nos dias **6 e 7 de Maio de 1999** (ambos em local/Município a designar).

Ainda no âmbito do plano de acção do Pacto, e em parceria com a AMVS, o CENFIM (Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica), inserido nas Jornadas Técnico Profissionais, vai organizar um seminário - *"Formação e Recursos Humanos * uma Política de Igualdade de Oportunidades"*, no dia **10 de Dezembro**, em Lousada.

Programas de apoio

Estudar na Europa

A União Europeia desenvolve uma série de programas comunitários para que qualquer cidadão europeu possa estudar ou investigar noutro país.

PROGRAMA "LEONARDO DA VINCI"

Este programa abrange a formação profissional inicial, contínua e ao longo da vida. O programa apoia projectos-piloto e programas de colocação e intercâmbio apresentados por parcerias, nomeadamente entre organismos de formação, universidades ou empresas, em regra de pelo menos três Estados-membros.

As colocações e os intercâmbios devem proporcionar aos seus beneficiários a possibilidade de completarem e melhorarem a sua formação profissional, de se familiarizarem com novas tecnologias e de descobrirem novos métodos de funcionamento e organização do trabalho.

Quem pode beneficiar dos projectos de colocação organizados pelo programa?

• Jovens em formação inicial

Se tem menos de 28 anos, pode ser colocado, por exemplo, numa escola, num centro de aprendizagem ou numa empresa. As colocações podem ser de curta duração (3 a 12 semanas) ou de longa duração (3 a 9 meses).

• Jovens trabalhadores (incluindo desempregados)

Se é jovem trabalhador ou desempregado pode solicitar a participação num projecto de colocação, com uma duração entre 3 a 12 meses, em empresas e centros de aprendizagem ou de formação. Esta experiência permite obter uma qualificação profissional complementar ou uma experiência profissional reconhecida.

• Jovens estudantes universitários e jovens diplomados

Se é jovem estudante universitário ou jovem diplomado, pode participar num projecto de colocação em empresas.

Quem pode beneficiar dos intercâmbios abrangidos por este programa?

- Formadores, conceptores e gestores de programas de formação desenvolvidos entre empresas e institutos de formação profissional ou universidades
- Pessoal das empresas e das universidades ou dos institutos de formação
- Responsáveis pela formação
- Especialistas em formação linguística em empresas e em institutos especializados no ensino de línguas.

Estes intercâmbios destinam-se especialmente a

- Representantes de PME, associações profissionais ou sectoriais, autoridades públicas, parceiros sociais, institutos de formação/universidades
- Formadores no domínio linguístico

Informações: Ministério para a Qualificação e o Emprego -
Coordenação Nacional do Programa Leonardo - Tlf. 01 3561840/1/2

PROGRAMA "SOCRATES"

Este programa destina-se a desenvolver a dimensão europeia da educação. Beneficia estudantes do ensino superior, através dos intercâmbios previstos no âmbito do ERASMUS, e alunos dos restantes graus de ensino, através de parcerias entre estabelecimentos de ensino (COMENIUS) e de intercâmbios linguísticos (LINGUA).

Se é professor, tem igualmente à sua disposição inúmeras possibilidades.

Se é estudante do ensino superior

Pode candidatar-se a um intercâmbio, desde que exista um acordo entre o seu estabelecimento de ensino de origem e o estabelecimento de outro Estado-membro que preveja um intercâmbio no âmbito do programa

SOCRATES/ERASMUS. Para além do reconhecimento académico, os estudantes estão isentos do pagamento de propinas no estabelecimento de ensino de acolhimento. No quadro do programa ERASMUS são concedidas bolsas financiadas pela União Europeia, tendo em vista suportar despesas de viagem, preparação linguística e eventual custo de vida mais elevado no país de acolhimento, entre outras despesas. Para além disso, tem direito a continuar a beneficiar integralmente de eventuais bolsas e empréstimos nacionais obtidos no seu país de origem. Pode ainda beneficiar de uma preparação linguística adequada, bem como de uma orientação e acompanhamento pelos estabelecimentos de ensino de origem e de acolhimento (incluindo, nomeadamente, a organização prática da estadia e as modalidades de alojamento).

Há também medidas específicas para estudantes deficientes.

Se é estudante do ensino não superior

Se é estudante do ensino escolar pode beneficiar de parcerias entre estabelecimentos escolares - COMENIUS.

Existem ainda os Intercâmbios linguísticos -LINGUA - para jovens com pelo menos 14 anos que vão aprender a utilizar uma língua estrangeira através de um trabalho.

Se é professor

Pode igualmente beneficiar dos programas ERASMUS, COMENIUS e LINGUA.

Informações: Programa "SOCRATES" - Agência Nacional SOCRATES (Ministério da Educação - Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais) - Tlf. 01 793 12 91

PROGRAMA "JUVENTUDE PARA A EUROPA"

Quem pode beneficiar?

Este programa destina-se a associações ou grupos de jovens entre os 15 e os 25 anos, animadores de juventude e responsáveis por estruturas governamentais ou não governamentais que actuem no domínio da Juventude.

Informações: Secretaria de Estado da Juventude - Agência Nacional do Instituto Português da Juventude - Tlf. 01 315 19 61



Fundos estruturais comunitários
Fonds structurels communautaires
EU Structural Funds
EU-Strukturfonds



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA

Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira Paredes e Penafiel